Promotora, não haver ofensa ao direito à saúde do idoso, uma vez que o paciente foi internado e realizou o exame necessário. Dessa forma, após o cumprimento das diligências cabíveis e necessárias, restou demonstrado que a atuação extrajudicial foi suficiente para suprir as necessidades do idoso. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos.

1.5. Processos de Relatoria do(a) Conselheiro(a) ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:

1.5.1. Processo 000406-116/2013

Requerente(s): Cláudia Sueli Silva Nogueira

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 1º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar repasse de verbas do FUNDEB, ao pagamento de auxílio alimentação e à contratação pela SEDUC de 1.800 professores sem concurso público

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que o órgão ministerial empreendeu diversas diligências, não constatando elementos suficientes para dar prosseguimento ao feito, posto que do encaminhamento dos demonstrativos de receitas e despesas referentes à aplicação do FUNDEB ao Grupo Técnico Interdisciplinar da própria instituição, este concluiu que o Estado do Pará cumpria com a destinação de 60% dos recursos anuais totais do FUNDEB, sendo que em 2011 o percentual alcançou o índice de 75%, em 2012, de 78% e em 2013, de 84,69%.

Registrou-Se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

1.5.2. Processo 000028-151/2015

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): Cipriano Sabino de Oliveira Junior – Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em razão de recebimento de diárias no ano de 2013, por Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que após diversas diligências, foi constatada a regularidade no recebimento de diárias pelo investigado, uma vez que não restou comprovado o pagamento ao arrepio das normas legais, muito menos ao enriquecimento ilícito ou lesão ao erário, pois não se vislumbrou que o investigado tivesse recebido valores sem a devida contrapartida de prestações de serviços à Corte de Contas Estadual, razão pela qual não se enseja qualquer motivo que justifique o prosseguimento da investigação ou a propositura da ação Civil por ato de improbidade. Registrou-Se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

1.5.3. Processo 000091-012/2016

Requerente(s): L.C.F. e M.V.F.O.

Requerido(s): Município de Benevides

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar situação de risco para de criança que necessita do fornecimento de fórmula metabólica especial, em razão de alergia a proteína do leite.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que o órgão ministerial, após sucessivas diligências junto à Secretaria de Saúde Municipal de Benevides/PA, tomou conhecimento, pela genitora da criança M.V.F.O., de que o fornecimento da fórmula especial PREGOMIN pepti estava ocorrendo de forma regular, conforme recibos de entrega anexados aos autos. Registrou-Se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

1.5.4. Processo 000204-113/2013

Requerente(s): Breno Benjamin do Carmo Azevedo

Requerido(s): Edel Queiroz

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar denúncia de poluição sonora e atmosférica provocada por canil situado na Av. Alcindo Cabela

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU

a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o órgão ministerial diligenciou no sentido de verificar a veracidade da denúncia e, muito embora confirmada a ocorrência de poluição sonora e atmosférica, tanto por perícia do Instituto de Criminalística "Renato Chaves", quanto por inspeção da Divisão de Vigilância Sanitária e vistoria da Câmara Técnica do Ministério Público Estadual, não há razões que justifiquem a atuação do órgão ministerial no caso concreto, haja vista que as atividades do estabelecimento foram encerradas. Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

1.5.5. Processo 000140-111/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Comerciantes de carne de caranguejo no Estado do Pará

Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Investigar as condições higiênicas-sanitárias na industrialização e comercialização da carne de caranguejo.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que o órgão ministerial, no decorrer da instrução, realizou diligências necessárias ao esclarecimento do fato, promovendo várias reuniões com os órgãos públicos competentes, culminando com a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta com estabelecimentos, bem como instalação de duas empresas funcionando regularmente na atividade de industrialização e comercialização de caranguejo nos municípios paraenses. Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

1.5.6. Processo 000069-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará; Erick Valente

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de prática irregular da advocacia por servidor público

Item retirado de pauta, por decisão do Conselho Superior, por maioria de votos.

1.5.7 Processo 000395-450/2015

Requerente(s): L.J.S.P. e A.J.S.P.

Requerido(s): G.S.P.

Origem: 3º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco vivenciada por crianças

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vez que o órgão ministerial, após sucessivas diligências, notadamente junto ao Conselho Tutelar de Ananindeua, visando averiguar a veracidade dos fatos alegados e cessar com possível caso de negligência contra L.J.S.P. e A.J.S.P., obteve, finalmente, informações (Relatório Social) de que a criança e o adolescente não mais se encontravam em situação de risco, tendo sido o genitor advertido de seus atos, e assumido o compromisso de não mais cometer tal negligência. Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

1.5.8 Processo 000112-012/2016

Requerente(s): IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Requerido(s): NORCOMP - Indústria e Comércio de Compensados LTDA

Origem: 2º PJ de Paragominas

Assunto: Apurar ilícitos ambientais e desobediência de prazo para renovação de licença ambiental.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que quanto à responsabilização cível, a Promotora de Justiça entendeu que embora sejam imprescritíveis os danos ao meio ambiente, não verificou sua ocorrência, uma vez que o presente procedimento havia sido instaurado por ausência de solicitação prévia de licença ambiental para exploração da atividade. No entanto, compulsando aos autos vê-se que as referidas licenças foram obtidas, inclusive a do período em que foi lavrado o auto de infração, não se configurando, assim, o dano ambiental. Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

1.5.9 Processo 000148-034/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará; Município de Tailândia

Origem: 1º PJ de Tailândia

Assunto: Promover o fortalecimento da rede de proteção à mulher

vítima de violência doméstica e familiar, por meio da implantação do Conselho Municipal da Condição Feminina, bem como de medidas educativas.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o órgão ministerial, após sucessivas diligências, buscando a implantação do referido Conselho Municipal, obteve êxito, conforme verificou-se da documentação acostada aos autos, resultando na criação da lei municipal nº 315/2015, que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Tailândia, bem como a própria implantação do Conselho com seu regular funcionamento. Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

O Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves louvou o trabalho da Exma. Promotora de Justiça Ely Soraya Silva Cesar, que tem uma das melhores peças do nosso cartel de Promotores de Justiça do Estado do Pará. Disse que no presente feito, a Promotora de Justiça fez algo mais, buscou fomentar a política de rede de proteção, contra a violência da mulher, no município de Tailândia. Propôs, portanto, voto de louvor à Promotora de Justiça, pelo seu trabalho, que foi algo extraordinário e serve de exemplo a outros Promotores de Justiça no interior, pois hoje o Ministério Público tem que trabalhar fomentando essa rede de proteção, seja o idoso, o combate à criminalidade contra a mulher, o infanticídio, o feminicídio, rede de proteção ao deficiente e à criança e ao adolescente.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou o voto de louvor, DETERMINANDO que fosse comunicada a Exma. Promotora de Justiça, bem como a Corregedoria-Geral do Ministério Público e Departamento de Recursos Humanos, para fins de registro em ficha funcional, pelo trabalho desenvolvido nos presentes autos.

1.5.10. Processo nº 005091-477/2015

Requerente(s): M.F.

Requerido(s): Em apuração

Origem: 4º PJ Cível Defesa dos Direitos e Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos das Pessoas com Deficiência, Idosos de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco, caracterizada por abandono de pessoa idosa, bem como, possível apropriação indevida dos proventos da idosa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, CONVERTENDO-SE o julgamento em diligência, conforme Resolução nº 143 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c Resolução nº 13, de 2016, do Colégio de Procuradores de Justiça, que alterou o art. 23, § 3º, inciso I, DEVENDO os autos retornar ao Órgão de execução do Ministério Público que determinou seu arquivamento, para que informe sobre eventual apuração da denúncia de apropriação do benefício pelo proprietário da residência em que a idosa morava, ou tome as providências de estilo, com os ulteriores de direito. Registrou-se a ausência justificada da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2. O que ocorrer

2.1. A Exma. Conselheira Secretária Rosa Maria Rodrigues Carvalho sugeriu que por conta da grande quantidade de processos que serão relatados na Sessão do dia 12 de dezembro, com perspectiva para continuar no dia 13, os Conselheiros analisassem os votos disponibilizados na pasta de rede "pautaconselho" de forma antecipada, que somente levariam para a Sessão aqueles que gerassem alguma dúvida e, ainda, que elaborassem uma ementa de seus processos, para que no dia da sessão pudessem julgar o maior número possível deles.

2.2. O Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves disse que vai providenciar este modelo, e que o Tribunal de Justiça já se utiliza deste meio de julgamento, e que somente os processos de grande complexidade são lidos em sua totalidade.

2.3. O Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho pediu para registrar que tem 80 processos prontos para julgar; que não está devolvendo 80 processos. Que há uma diferença entre ter processo para julgar e ter processos em gabinete para devolver depois. Disse que tem 80 processos praticamente prontos para julgar e que o problema não é que tenha de alguma forma errado, mas é porque não tem sessão que comporte o número de processos que todos têm para julgar.

Belém-PA, 09 de dezembro de 2016.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior